

2.2

Auditor Fiscal de Controle Externo • Ciências Jurídicas

Dia: 7 de maio de 2006 • Horário: das 14 h às 18 h

Duração: 4 (quatro) horas, incluído o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

Instruções

Para fazer a prova você usará:

- este **caderno de prova** com 28 páginas;
- um **cartão-resposta** que contém o seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura.

Confira o número que você obteve no ato da inscrição com o que está indicado no cartão-resposta.

Verifique, no caderno de prova:

- a) se faltam folhas, se a seqüência de questões, no total de 100 (cem), está correta;
- b) se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade.

- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- Para cada questão são apresentadas 5 (cinco) alternativas diferentes de respostas (a, b, c, d, e). Apenas uma delas constitui a resposta correta em relação ao enunciado da questão.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Não destaque folhas da prova.

Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o caderno de prova completo e o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.

O gabarito da prova será divulgado no dia 7 de maio de 2006, até 4 (quatro) horas após a constatação do efetivo encerramento da sua realização, no site:

- <http://tce.fepese.ufsc.br>

Conhecimentos Gerais

(40 questões)

Língua Portuguesa

(6 questões)

Texto

1 A decisão de gastar é, fundamentalmente, uma *decisão*
2 *política*. O administrador elabora um plano de ação,
3 descreve-o no orçamento, aponta os meios disponíveis
4 para **seu** atendimento e efetua o gasto. A decisão po-
5 lítica já vem inserta no documento solene de previsão
6 de despesas. Dependendo das convicções políticas,
7 religiosas, sociais, ideológicas, o governante elabora
8 seu plano de gastos. **Daí** a variação que pode existir de
9 governo para governo, inclusive diante das **necessi-**
10 **dades emergentes**. As opções podem variar: hospital,
11 maternidade, posto de puericultura, escolas, rodovias,
12 aquisição de veículos, contratação de pessoal etc.

13 Uma vez estabelecidas as prioridades, mediante auto-
14 rização legislativa (aprovação da lei orçamentária ou
15 de créditos especiais e complementares), opera-se a
16 despesa (saída de dinheiro) pelas formas estabeleci-
17 das em lei e **que** serão adiante analisadas.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de & HORVATH, Estevão. *Manual de direito financeiro*. 6 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 83.

1. Assinale a alternativa em que as palavras seguem as mesmas regras de acentuação tônica de **ideológicos**, **já** e **saída**, respectivamente.

- a. () disponíveis, pôr, juíza
- b. () veículos, pó, também
- c. () política, lá, Chuí
- d. () orçamentária, é, céu
- e. () vocábulo, pé, apóio

2. Assinale a alternativa em que os vocábulos formam o plural como **disponível** e **previsão**, respectivamente:

- a. () mal, decisão
- b. () túnel, variação
- c. () funil, autorização
- d. () fóssil, alemão
- e. () tributável, irmão

3. Escreva (V) para verdadeiro e (F) para falso, conforme o Texto.

- () As convicções políticas, religiosas, ideológicas e sociais do governante é que determinam seu plano de gastos.
- () De acordo com o segundo período do Texto, o gasto é precedido pelas seguintes etapas, em ordem cronológica: elaboração de um plano de ação, sua descrição no orçamento e arrecadação de dinheiro para poder efetuar-lo.
- () Na frase "Daí a variação que pode existir de governo para governo..." (linhas 8 e 9), a palavra **Daí** inicia uma conclusão, podendo ser substituída por "por isso".
- () **Necessidades emergentes** (linhas 9 e 10) são necessidades previstas e secundárias.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência **correta**, de cima para baixo:

- a. () F, F, V, F
- b. () V, V, V, F
- c. () V, V, F, V
- d. () V, F, V, F
- e. () V, F, V, V

4. Analise as seguintes afirmações referentes ao Texto.

- I. Os dois pontos utilizados na frase “As opções podem variar...” (linha 10) introduzem um aposto discriminativo.
- II. No início do segundo parágrafo, a oração “Uma vez estabelecidas as prioridades” poderia ser substituída por “Depois que são estabelecidas as prioridades” sem prejuízo gramatical ou de sentido.
- III. No segundo parágrafo, as expressões entre parênteses esclarecem termos anteriores: “autorização legislativa” (linha 13 e 14) e “despesa” (linha 16), respectivamente. Nestes casos, o uso de travessões no lugar de parênteses não estaria correto.
- IV. No segundo parágrafo, “pelos formas estabelecidas em lei” (linhas 16 e 17) poderia ser corretamente reescrito como “de acordo com as formas estabelecidas em lei”, sem prejuízo do sentido.
- V. O pronome **que**, destacado ao final do texto (linha 17), está substituindo o vocábulo anterior **lei**.

Assinale a alternativa que contém **todas** as afirmativas **corretas**.

- a. () I, II, IV
- b. () II, III, IV
- c. () II, III, V
- d. () I, II, III, IV
- e. () I, II, IV, V

5. Escreva (C) para certo e (E) para errado.

- () O verbo **inserir** apresenta duas possibilidades de particípio: inserto(a) ou inserido(a).
- () No segundo período do texto, os pronomes **o** (descreve-**o**) e **seu** (**seu** atendimento), devidamente sublinhados, referem-se a “plano de ação”.
- () Em “previsão **de despesas**” (linhas 5 e 6), a expressão sublinhada pode ser classificada como objeto indireto.
- () Em “opera-**se** a despesa” (linhas 15 e 16), o **se** é partícula expletiva.
- () A última oração do Texto está na voz passiva.

A seqüência **correta**, de cima para baixo, é:

- a. () E, C, E, E, C
- b. () E, C, C, E, C
- c. () C, E, E, C, E
- d. () E, C, E, C, E
- e. () C, C, E, E, C

6. Leia atentamente as proposições abaixo.

_____ de fiscais eficientes.

José e eu _____ passar no concurso.

Luís saiu de manhã, _____ ainda estava muito frio.

Sabe-se que _____ muitos acidentes naquela época.

_____ dez dias que meu irmão partiu para o Canadá.

Espero que Vossa Senhoria _____ a meu pedido.

Assinale a opção que preenche, de forma seqüencial e **correta**, as lacunas.

- a. () Precisam-se • querem • quando • houve • Faz • atenda
- b. () Precisa-se • queremos • quando • houve • Faz • atenda
- c. () Precisa-se • queremos • onde • houveram • Faz • atenda
- d. () Precisam-se • queremos • onde • houve • Fazem • atenda
- e. () Precisa-se • queremos • quando • houveram • Fazem • atenda

Realidade Sócioeconômica de Santa Catarina

(17 questões)

7. Leia as afirmações abaixo, relacionadas aos limites do Estado de Santa Catarina:

1. O estado de Santa Catarina limita-se ao norte, nordeste e noroeste com o estado do Paraná.
2. O estado de Santa Catarina limita-se ao oeste com a Argentina.
3. O estado de Santa Catarina limita-se ao sudeste com o Paraguai.
4. O estado de Santa Catarina limita-se ao sul e sudoeste com o estado do Rio Grande do Sul.

Assinale a alternativa que identifica as afirmações verdadeiras.

- a. () Todas as afirmações são verdadeiras.
- b. () Apenas as afirmações 1 e 4 são verdadeiras.
- c. () Apenas as afirmações 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- d. () Apenas as afirmações 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- e. () Apenas as afirmações 1, 3 e 4 são verdadeiras.

8. Leia o texto:

Não se sabe com certeza o ano em que este paulista chegou à ilha de Santa Catarina. Autores apontam datas entre 1673 e 1675. A fundação não foi duradoura devido a morte do fundador, *vítima da vingança da tripulação de um navio corsário* (SANTOS, Silvio Coelho. *Nova história de Santa Catarina*. P.39).

Assinale a alternativa que identifica **corretamente** o personagem a que se refere o texto.

- a. () João de Almeida.
- b. () Pêro Lopes de Souza.
- c. () Francisco Dias Velho.
- d. () Manoel Lourenço de Andrada.
- e. () Domingos de Brito Peixoto.

9. Assinale a alternativa que indica algumas das causas da vinda dos açorianos, para a Ilha de Santa Catarina e litoral fronteiro, no século XVIII.

- a. () A invasão espanhola à Ilha de Santa Catarina.
- b. () Os conflitos entre os portugueses e espanhóis, as necessidades de abastecimento das tropas militares.
- c. () A necessidade de apoio às tropas que se dirigiam ao Rio de Janeiro para expulsar os holandeses.
- d. () A descoberta de ouro em Minas Gerais.
- e. () A fome nas ilhas dos Açores, motivada pelo excedente populacional e pela guerra contra as tropas de Napoleão.

10. Leia as afirmações e identifique as que são verdadeiras.

1. O estado de Santa Catarina possui características que o diferenciam de outros estados brasileiros. Graças às marcas da colonização, lembra muito a Europa.
2. Alemães, italianos, açorianos, russos, ucranianos, poloneses, austríacos e belgas, entre outros povos, enriqueceram o nosso estado e a sua cultura.
3. Extremamente importante foi a vinda, para o nosso estado, de migrantes de outros estados brasileiros, como os paulistas e gaúchos.
4. Santa Catarina é um estado ligado ao mar. Por ele chegaram os imigrantes; do mar, muitos dos seus habitantes tiram o seu sustento.

Assinale a alternativa que identifica as afirmações verdadeiras.

- a. () Todas as afirmações são verdadeiras.
- b. () Apenas as afirmações 1 e 3 são verdadeiras.
- c. () Apenas as afirmações 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- d. () Apenas as afirmações 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- e. () Apenas as afirmações 1, 3 e 4 são verdadeiras.

11. Examine as afirmações abaixo:

1. Em 1893, teve início no Rio Grande do Sul um movimento em oposição ao governo do Presidente Floriano Peixoto.
2. Os revoltosos federalistas ocuparam parte dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.
3. Em Santa Catarina houve uma série de conflitos entre os republicanos que defendiam Floriano Peixoto e os federalistas que o combatiam.
4. Os florianistas, em Santa Catarina, tinham como líder Hercílio Luz.

Assinale a alternativa em que aparecem as afirmações **corretas**.

- a. () Estão corretas apenas as afirmações 1 e 3.
- b. () Estão corretas apenas as afirmações 2 e 3.
- c. () Estão corretas apenas as afirmações 1, 3 e 4.
- d. () Estão corretas apenas as afirmações 2, 3 e 4.
- e. () Estão corretas as afirmações 1, 2, 3 e 4.

12. Assinale a alternativa **correta** em relação à rede hidrográfica catarinense.

- a. () Os rios de Santa Catarina fazem parte de duas vertentes distintas e opostas: a vertente do Norte e a Vertente do Sul.
- b. () A bacia do Rio Itajaí Açu é a mais importante bacia fluvial da planície costeira e faz parte da Vertente do Interior.
- c. () Os rios de Santa Catarina fazem parte de duas vertentes distintas e opostas: a vertente Atlântica e a Vertente do Interior.
- d. () Na vertente do interior destacam-se as bacias do Rio Araranguá, no sul do estado e a do Rio Itapocu, na região de Jaraguá do Sul.
- e. () As bacias do Rio Uruguai e do Rio Iguaçu são as duas maiores bacias da vertente Atlântica.

13. Identifique as afirmações verdadeiras em relação à Guerra do Contestado.

1. Na região do Contestado, área localizada no planalto meridional entre os rios Peixe e Peperiguaçu, vivia uma população pobre e marginalizada à qual se juntaram os operários que construíram a Estrada de Ferro São Paulo- Rio Grande.
2. Em 1912, surgiu na região Miguel Lucena de Boaventura, que ficou conhecido como o monge José Maria. Lucena se estabeleceu nos Campos de Irani. O seu acampamento foi chamado de “Quadro Santo”.
3. As autoridades do Paraná, temendo os “invasores catarinenses”, atacaram o acampamento de Irani.
4. O combate de Irani fez desencadear novos confrontos, além do agravamento das relações entre o Paraná e Santa Catarina.
5. Só em 1915, os redutos dos caboclos foram destruídos.

Assinale a alternativa que indica as afirmações verdadeiras.

- a. () Todas as afirmações são falsas.
- b. () Todas as afirmações são verdadeiras.
- c. () Somente as afirmações 2, 3, 4 e 5 são verdadeiras.
- d. () Somente as afirmações 3, 4 e 5 são verdadeiras.
- e. () Somente as afirmações 4 e 5 são verdadeiras.

14. Assinale a alternativa que identifica um importante marco na história do planejamento em Santa Catarina, criado durante o governo Celso Ramos.

- a. () Plano de Metas do Governo, o PLAMEG.
- b. () Plano de Obras e Equipamentos - POE.
- c. () Projeto Catarinense de Desenvolvimento.
- d. () Projeto: Rumo à nova sociedade Catarinense.
- e. () Segundo Plano de Metas do Governo, o PLAMEG II.

15. Examine as afirmações abaixo a respeito da pecuária em nosso estado.

- I. A pecuária é a criação, com sentido econômico, de animais de grande, médio e pequeno porte, aí incluídas as aves e abelhas.
- II. Em Santa Catarina podemos encontrar a pecuária intensiva, em que os animais são criados em pequenas áreas ou estábulos e a pecuária extensiva, em que os animais são criados em grandes áreas.
- III. O rebanho catarinense de gado bovino para corte é relativamente pequeno, mas é de tamanho médio o rebanho para a produção de leite. A avicultura é extremamente significativa.

Assinale a alternativa que indica as afirmações **corretas**.

- a. Somente a afirmação II é verdadeira.
- b. Somente as afirmações I e II são verdadeiras.
- c. Somente as afirmações I e III são verdadeiras.
- d. Somente as afirmações II e III são verdadeiras.
- e. Todas as afirmações são verdadeiras.

16. Associe as colunas de forma correta.

1. Autarquia
 2. Fundação Pública
 3. Sociedades de economia mista
- Administração do Porto de São Francisco do Sul.
- Departamento Estadual de Infra-Estrutura (DEINFRA).
- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.
- Fundação Catarinense de Educação Especial.
- BADESC
- Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Assinale a alternativa que indica a seqüência correta formada na segunda coluna, de cima para baixo.

- a. 1 - 1 - 2 - 3 - 2 - 1
- b. 1 - 1 - 3 - 2 - 1 - 2
- c. 1 - 1 - 3 - 2 - 3 - 2
- d. 3 - 1 - 3 - 2 - 2 - 3
- e. 3 - 3 - 3 - 2 - 1 - 2

17. Associe, numerando a segunda coluna de acordo com a primeira, as regiões turísticas do estado e suas respectivas atrações.

1. Usos e costumes que lembram a colonização germânica, como exposições de flores e festivais de chope.
2. Berço da colonização açoriana, com seus folguedos como o Boi de Mamão e artesanato típico.
3. Palco da República Juliana. Casario típico e belas praias.
4. Museu ao ar livre, retratando a colonização italiana da região.
5. O clima temperado favorece o cultivo da maçã e torna o município um dos maiores produtores brasileiros desta fruta.

- Litoral, em especial a Ilha de Santa Catarina.
- Laguna, no sul do estado.
- Município de Fraiburgo.
- Norte do estado, Joinville e São Bento do Sul.
- Orleães, no sul do estado.

Assinale a alternativa em que figura a seqüência **correta**, de cima para baixo.

- a. 2 - 4 - 5 - 1 - 3
- b. 2 - 3 - 5 - 1 - 4
- c. 3 - 2 - 5 - 1 - 4
- d. 3 - 4 - 5 - 1 - 1
- e. 5 - 3 - 4 - 1 - 2

18. Assinale a alternativa **correta** nas suas referências à conquista do oeste catarinense.

- a. A colonização do oeste foi uma consequência do crescimento demográfico das ilhas dos açores.
- b. A colonização do oeste catarinense foi uma consequência da falta de terras no litoral, Vale do Itajaí e Itapocu.
- c. A colonização do oeste foi feita, basicamente, por colonos alemães excedentes da região de Blumenau.
- d. A colonização do oeste foi uma consequência da expansão agrícola do Rio Grande do Sul.
- e. A colonização do oeste é um desdobramento do povoamento vicentista.

19. Identifique, entre as afirmações abaixo, as que são verdadeiras (V) e falsas (F).

- () A ELFA, na capital do Estado e a Força e Luz, no Vale do Itajaí são algumas das empresas de energia elétrica surgidas na década de 40 do século passado.
- () A criação da SOTELCA – Sociedade de Termoeletricas do Capivari, logo após a Primeira Guerra Mundial, acelerou o desenvolvimento do nosso estado.
- () Santa Catarina não só é auto-suficiente na produção de energia elétrica como exporta, continuamente, o excedente da sua produção para os estados do Paraná e São Paulo.
- () Do total de energia elétrica consumida em Santa Catarina, apenas 3% são gerados pela CELESC. O restante é fornecido pela Tractebel, Itaipu e outros fornecedores.

Assinale a alternativa que mostra a seqüência **correta**, de cima para baixo.

- a. () V - F - F - V
- b. () V - V - F - V
- c. () F - F - V - V
- d. () F - V - F - V
- e. () V - V - V - F

20. Identifique as afirmativas **corretas** em relação às funções básicas do Tribunal de Contas do Estado:

1. Jurisdicional;
2. Opinitiva;
3. Consultiva;
4. Assessoramento.

Assinale a alternativa que identifica as afirmativas corretas.

- a. () Apenas as alternativas: 2 e 3
- b. () Apenas as alternativas: 3 e 4
- c. () Apenas as alternativas: 1, 2 e 3
- d. () Apenas as alternativas: 1, 3 e 4
- e. () Todas as alternativas: 1, 2, 3 e 4

21. Assinale a alternativa **correta**.

- a. () Os pólos econômicos de Santa Catarina acham-se concentrados no litoral. Em Santa Catarina, como em muitos outros estados, não houve um processo de interiorização do desenvolvimento.
- b. () O Eixo da agroindústria está localizado na região do vale do Itajaí, onde se concentram os maiores produtores e os maiores frigoríficos do sul do Brasil.
- c. () O Eixo eletro-metal-mecânico se concentra na região sul do estado. Pequenas cidades como Caravaggio e Nova Veneza têm neste setor industrial a base da sustentação da sua economia.
- d. () De acordo com Fernando Marcondes de Mattos, podemos dizer que existem cinco eixos industriais ou pólos econômicos em Santa Catarina: agroindústria, eletro-metal-mecânico, mineral, florestal e do vestuário.
- e. () A grande Florianópolis, principalmente a cidade de São José, concentra hoje a maior parte das fábricas do eixo têxtil e do vestuário. Na região nasceu a primeira indústria de tecidos do estado, herança dos primeiros teares trazidos pelos vicentinos.

22. O Brigadeiro José da Silva Paes construiu uma série de fortalezas na Ilha de Santa Catarina, visando a sua defesa, mas além desta atividade teve um importante papel na história do estado. Assinale a alternativa que complementa **corretamente** esta afirmação.

- a. () Transferiu a sede da Capitania de Santa Catarina da cidade do Rio Grande para o Desterro.
- b. () Separou Santa Catarina da Capitania de São Pedro do Rio Grande.
- c. () Foi o primeiro governante da Capitania de Santa Catarina.
- d. () Rompeu com o governo do Rio de Janeiro e incorporou Santa Catarina ao governo de São Paulo.
- e. () Foi o primeiro Ouvidor Mor da Fazenda na cidade do Desterro, fazendo nascer o Poder Judiciário catarinense.

23. Assinale a alternativa **correta** a respeito da Administração Pública do Estado de Santa Catarina, de acordo Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005.

- a. () A execução das atividades da Administração Pública Estadual será descentralizada e desconcentrada e se dará por meio das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional e dos órgãos e entidades públicos estaduais, com atuação regional, por elas coordenadas.
- b. () A execução das atividades da Administração Pública Estadual será centralizada e desconcentrada e se dará por meio das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional e dos órgãos e entidades públicos estaduais, com atuação regional, por elas coordenadas.
- c. () A execução das atividades da Administração Pública Estadual será descentralizada e concentrada e se dará por meio das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional e dos órgãos e entidades públicas, com atuação regional, por elas coordenadas.
- d. () A execução das atividades da Administração Pública Estadual será centralizada e concentrada e se dará por meio das Secretarias de Estado e dos órgãos e entidades públicas estaduais, com atuação estadual, por elas coordenadas.
- e. () A execução das atividades da Administração Pública Estadual será centralizada e desconcentrada e se dará por meio das Secretarias de Estado e dos órgãos e entidades privadas, com atuação estadual, por elas coordenadas.

Controle Externo da Administração Pública

(17 questões)

24. Assinale a alternativa que se refere ao controle que constitucionalmente está a cargo da Assembléia Legislativa e que é exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

- a. () Controle interno.
- b. () Controle fiscalizador.
- c. () Controle estratégico.
- d. () Controle externo.
- e. () Controle gerencial e legal.

25. Assinale a alternativa **correta**.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 e com a Constituição do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa que indica qual o procedimento a que está obrigada qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União ou o Estado respondam, ou que, em nome destas, assumam obrigações de natureza pecuniária.

- a. () Ordenar despesas.
- b. () Realizar licitação e empenho.
- c. () Justificar suas ações.
- d. () Fiscalizar suas ações.
- e. () Prestar contas.

26. De acordo com a Constituição Federal de 1988, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas será exercida:

- a. () pelo poder judiciário, mediante o controle judiciário distribuído nos órgãos.
- b. () pelos órgãos de auditoria interna associados aos respectivos sistemas de controle interno.
- c. () pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- d. () pela Assembléia Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno.
- e. () pela Câmara de Vereadores com auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

27. Assinale a alternativa que **não** apresenta competência do TCE/SC, definida no artigo 1º da sua Lei Orgânica, em conformidade com a Constituição do Estado de Santa Catarina.

- a. () Apreciar as contas prestadas pelo Governador do Estado.
- b. () Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, da administração direta e indireta.
- c. () Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado ou Município a pessoas físicas e jurídicas de direito público e privado, mediante convênio, acordo, ajuste ou qualquer instrumento congênere.
- d. () Decidir sobre denúncia que lhe seja encaminhada por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato, e representação, na forma prevista na Lei.
- e. () Elaborar parecer prévio envolvendo o exame de responsabilidade dos administradores, incluindo o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara de Vereadores e demais responsáveis de unidades gestoras, por dinheiros, bens e valores, cujas contas serão objeto de julgamento pelo Tribunal.

28. Assinale a alternativa que indica a periodicidade em que o TCE/SC encaminhará ao Poder Legislativo Estadual relatório de suas atividades.

- a. () Trimestral e anualmente.
- b. () Bimestral e anualmente.
- c. () Semestral e anualmente.
- d. () Quadrimestral e semestralmente.
- e. () Quadrimestral e anualmente.

29. Assinale a alternativa que **não** contém finalidade do sistema de controle interno mantido de forma integrada pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, conforme previsto na Constituição do Estado de Santa Catarina.

- a. () Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano Plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado.
- b. () Avaliar previamente as propostas de leis orçamentárias submetidas ao Poder Legislativo.
- c. () Comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e a eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- d. () Exercer o controle das operações de crédito, avais e outras garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado.
- e. () Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

30. A decisão do TCE/SC em processo de prestação ou tomada de contas pode ser preliminar, definitiva ou terminativa.

Assinale a alternativa que se refere a uma decisão preliminar.

- a. () É a decisão pela qual o Tribunal julga regulares, regulares com ressalva ou irregulares as contas.
- b. () É a decisão pela qual o Tribunal ordena o trancamento das contas que forem consideradas iliquidáveis, nos termos do art. 22 da Lei Orgânica do TCE/SC.
- c. () É a decisão pela qual o Tribunal ordena a suspensão das contas para realização de diligência, visando sua complementação.
- d. () É a decisão pela qual o Tribunal, antes de pronunciar-se quanto ao mérito das contas, resolve sobrestar o julgamento, ordenar a citação dos responsáveis ou, ainda, determinar as diligências necessárias ao saneamento do processo.
- e. () É a decisão pela qual o Tribunal julga as contas com parecer adverso para que as mesmas possam ser submetidas a julgamento político junto ao Poder Legislativo competente.

31. Assinale a alternativa que contém apenas órgãos deliberativos componentes da estrutura organizacional do TCE/SC.

- a. () a Presidência, a Vice-Presidência e a Corregedoria-Geral.
- b. () o Plenário e as Câmaras.
- c. () a Corregedoria e o Corpo de Auditores.
- d. () o Plenário e a Corregedoria.
- e. () as Câmaras, a Presidência e a Vice-Presidência.

32. O TCE/SC tem jurisdição própria e privativa sobre as pessoas e matérias sujeitas à sua competência. De acordo com a Lei Orgânica do referido Tribunal, assinale dentre as alternativas abaixo, aquela que **não** apresenta pessoas e matérias abrangidas na sua jurisdição.

- a. () Aqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário.
- b. () Os dirigentes ou liquidantes das empresas encampadas ou sob intervenção ou que de qualquer modo venham a integrar, provisória ou permanentemente, o patrimônio do Estado ou do Município ou de outra entidade pública estadual ou municipal.
- c. () Qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie, ou administre dinheiros, bens e valores privados, mesmo que o Estado ou o Município não respondam pelos mesmos.
- d. () Os responsáveis pela aplicação de quaisquer recursos repassados pelo Estado ou Município a pessoas jurídicas de direito público ou privado, mediante convênio, acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento congênere, e pela aplicação das subvenções por eles concedidas a qualquer entidade de direito privado.
- e. () Os herdeiros dos administradores e responsáveis a que se refere este artigo, os quais responderão pelos débitos do falecido perante a Fazenda Pública, até a parte que na herança lhes couber.

33. Assinale a alternativa que indica a ação que deverá ser tomada imediatamente pela autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, para apuração de fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, quando não forem prestadas as contas ou quando ocorrer desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos, ou ainda se caracterizada a prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte prejuízo ao erário.

- a. () Instaurar processo administrativo disciplinar.
- b. () Adotar providências com vistas à instauração de tomada de contas especial.
- c. () Exigir judicialmente prestação de contas em destempo.
- d. () Decretar intervenção orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.
- e. () Emitir parecer prévio com ressalvas sobre as contas prestadas.

34. Assinale a alternativa **correta**.

A decisão do TCE/SC que resulte na imputação de débito ou cominação de multa torna a dívida líquida e certa e tem eficácia de título executivo, para cobrança judicial se não recolhida no prazo. Após a referida imputação, e comprovado o recolhimento integral, o Tribunal expedirá:

- a. () quitação do débito ou da multa.
- b. () parecer de regularidade da prestação de contas.
- c. () certificado de auditoria favorável à aprovação das contas anteriormente irregulares.
- d. () expediente de encaminhamento das peças processuais ao Ministério Público junto ao Tribunal.
- e. () Certidão negativa de débito de tributos estaduais.

35. O parecer prévio emitido pelo TCE/SC sobre as contas prestadas pelo Governador do Estado consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial e financeira havida no exercício financeiro.

Assinale a alternativa que contém assunto que **não** deve ser abordado no parecer prévio tratado ou em relatório que o acompanhe.

- a. () Demonstrar se o Balanço Geral do Estado representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Estado em 31 de dezembro.
- b. () Analisar se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados à administração pública.
- c. () Observância às normas constitucionais, legais e regulamentares na execução dos orçamentos públicos, por meio de relatório.
- d. () O exame de responsabilidade dos administradores e demais responsáveis de unidades gestoras por dinheiros, bens e valores, cujas contas serão objeto de julgamento pelo Tribunal.
- e. () Reflexo da administração financeira e orçamentária estadual no desenvolvimento econômico e social, por meio de relatório.

36. O TCE/SC poderá aplicar determinadas sanções aos administradores e demais responsáveis, no âmbito estadual e municipal. Quando o responsável for julgado em débito, além do ressarcimento a que está obrigado, poderá ainda o Tribunal aplicar-lhe multa. Assinale a alternativa que se refere ao valor máximo para a multa na situação aqui tipificada (envolvendo ressarcimento), conforme previsto na Lei Orgânica do TCE/SC e em seu Regimento Interno.

- a. () Multa de até 5 (cinco) salários mínimos.
- b. () Multa de até 10 (dez) salários mínimos.
- c. () Multa de até 100% (cem por cento) do dano causado ao erário.
- d. () Multa de até 500% (quinhentos por cento) do dano causado ao erário, após os acréscimos legais.
- e. () Multa de até 5.000,00 (cinco mil reais) – valor este que poderá ser atualizado pelo Tribunal com base na variação de índice oficial de correção monetária adotado pelo Estado.

37. O Instituto de Contas faz parte da estrutura organizacional do TCE/SC, estando vinculado diretamente à Presidência do Tribunal.

Assinale a alternativa que **não** se refere a uma das finalidades do instituto de contas.

- a. () Promover o relacionamento entre o Tribunal e outras instituições de caráter público ou privado, nacionais ou internacionais.
- b. () Colaborar para a formação do acervo bibliográfico do Tribunal.
- c. () Implantar banco de dados sobre informações encaminhadas ao Tribunal pelos diversos níveis da administração pública, no que diz respeito à gestão dos recursos públicos.
- d. () Fomentar, coordenar, acompanhar e avaliar a participação de servidores do Tribunal em eventos de treinamento e aperfeiçoamento promovidos pelo Instituto ou por outras instituições.
- e. () Promover a defesa da ordem jurídica reque-rendo, perante o Tribunal, as medidas de interesse da Justiça, da Administração e do Erário.

38. No que se refere ao controle das obras públicas realizado pelo TCE/SC, assinale a única alternativa que contém afirmação **correta**.

- a. () Esse trabalho é realizado pela Diretoria de Auditorias Especiais (DAE) do TCE.
- b. () Os trabalhos são realizados através de auditorias extraordinárias, com inspeções "in loco", apenas em casos de denúncias de irregularidades.
- c. () Não consta como objetivo do trabalho verificar se os custos são compatíveis com os praticados pelo mercado, mas, sim, se houve cumprimento da legalidade dos processos de licitações.
- d. () A partir desse trabalho, o TCE pode verificar se os recursos públicos, destinados a obras executadas pelo Estado e municípios, são aplicados segundo princípios constitucionais da legalidade, legitimidade, economicidade e eficácia.
- e. () O alvo dos trabalhos abrange rodovias, barragens, sistemas de abastecimento de água, subestações de energia, escolas, construção de prédios públicos, bem como serviços de limpeza e vigilância.

39. Assinale a única alternativa que **não** constitui um dos "objetivos básicos" da auditoria operacional exercida pelo TCE/SC, conforme a Resolução nº TC 16/94.

- a. () Apurar inconsistências nas normas vigentes no Estado.
- b. () Determinar a eficácia, a eficiência e a economicidade das operações.
- c. () Avaliar a eficácia do controle na administração dos recursos.
- d. () Avaliar o grau de cumprimento dos objetivos e metas previstas.
- e. () Identificar áreas críticas na organização e funções da unidade.

40. De acordo com a Resolução nº TC 16/94, o TCE/SC procederá inspeções ou auditorias que considerar necessárias.

Assinale a alternativa que contém afirmação **incorreta** sobre tais inspeções ou auditorias.

- a. () As inspeções ou auditoria são realizadas com vistas ao exame dos atos e fatos ligados ao controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional, patrimonial e dos atos de pessoal, e à avaliação do grau de eficiência, eficácia e economicidade das operações realizadas.
- b. () Aos servidores encarregados da auditoria será dado amplo acesso a todos os dados, informações e elementos necessários ao exame dos atos administrativos e condições para o eficaz desempenho do encargo.
- c. () A ausência do responsável pela unidade inspecionada ou auditada não poderá servir de impedimento para a realização da inspeção ou auditoria.
- d. () Nenhum processo, documento ou informação poderá ser sonegado ao Tribunal de Contas, quando de auditoria, sob qualquer pretexto.
- e. () Nos casos de sonegação de documentos e informações por parte da unidade inspecionada ou auditada, a primeira ação do coordenador da equipe de inspeção ou auditoria será a comunicação do acontecido ao Tribunal de Justiça do Estado.

Conhecimentos Específicos

(60 questões)

Direito Constitucional

(6 questões)

41. Acerca dos Direitos e Garantias Fundamentais, é **correto** afirmar:

- I. o direito de propriedade, assim como o direito de herança, figuram no rol de direitos fundamentais.
- II. os direitos fundamentais são de aplicação imediata.
- III. nenhuma lei, sem exceção, poderá retroagir.
- IV. a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível.

Assinale a alternativa que indica as afirmativas **corretas**.

- a. () Todas as afirmativas estão corretas.
- b. () As afirmativas I, II e IV estão corretas.
- c. () As afirmativas II, III e IV estão corretas.
- d. () Somente a afirmativa IV está correta.
- e. () Somente as afirmativas I e IV estão corretas.

42. Assinale (V) ou (F). São direitos dos trabalhadores, urbanos e rurais, assegurados constitucionalmente:

- () seguro desemprego, em caso de desemprego involuntário.
- () gozo de férias anuais remunerada com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.
- () aposentadoria.
- () proibição do trabalho ao menor de dezoito anos.

Assinale a alternativa que indica, de forma sequencial e **correta**, as afirmativas falsas e verdadeiras.

- a. () F, V, V, V
- b. () F, V, V, F
- c. () F, V, F, V
- d. () V, V, V, F
- e. () F, V, F, F

43. O mandado de segurança confere uma tutela específica na seguinte hipótese:

- a. () quando alguém sofrer ou for ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- b. () na proteção de direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder é autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- c. () para a retificação de dados do impetrante, constantes em registro público ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- d. () visando anular ato lesivo ao patrimônio público, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico-cultural do país.
- e. () sempre que, na falta de norma regulamentadora, for inviabilizado o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

44. Sobre as condições de elegibilidade previstas na Constituição vigente, pode-se afirmar:

- a. () os analfabetos são inelegíveis.
- b. () o alistamento eleitoral não é condição de elegibilidade.
- c. () a idade mínima de vinte e um anos é condição de elegibilidade para o cargo de Presidente, Vice-Presidente e Senador da República.
- d. () a nacionalidade brasileira não é uma das condições de elegibilidade.
- e. () dezoito anos é a idade mínima para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador.

45. Compete ao poder legislativo municipal :

- I. fiscalizar o Município, mediante controle interno e externo, este último contando com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados.
- II. suplementar a legislação federal e estadual, no que couber.
- III. legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações diretas, autárquicas e fundacionais do município.

Assinale a alternativa que indica as afirmativas **corretas**.

- a. () Somente a afirmativa I está correta.
- b. () Somente a afirmativa II está correta.
- c. () Somente a afirmativa III está correta.
- d. () Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- e. () As afirmativas II e III estão corretas.

46. Acerca da competência legislativa concorrente entre a União e os Estados/Distrito Federal, é **correto** afirmar:

- a. () A superveniência de lei federal sobre normas gerais não suspende a eficácia de lei estadual anterior.
- b. () A competência da União para legislar sobre normas gerais exclui, automaticamente, a competência suplementar dos Estados.
- c. () Existindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercem a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
- d. () É exemplo de competência concorrente a matéria relativa ao comércio exterior e interestadual.
- e. () No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á ao estabelecimento de normas gerais.

Direito Administrativo

(15 questões)

47. Indique qual, ou quais elemento(s) de um ato administrativo discricionário depende(m) da conveniência e oportunidade da Administração Pública:

- a. () competência e forma.
- b. () somente o motivo.
- c. () motivo e objeto.
- d. () somente o objeto.
- e. () motivo e finalidade.

48. Quanto à extinção do ato administrativo, é **correto** afirmar:

- a. () o ato administrativo praticado por autoridade incompetente deve ser revogado pela própria Administração.
- b. () o ato administrativo pode ser revogado, pela própria Administração, por razão de conveniência e oportunidade, desde que ainda não consumado.
- c. () a anulação do ato administrativo ilegal é prerrogativa do Poder Judiciário mediante provocação do interessado.
- d. () a cassação é medida tomada pela Administração, quando o ato administrativo for praticado com vício de legalidade.
- e. () por razão de conveniência e oportunidade, o ato administrativo praticado com vício quanto ao objeto pode ser convalidado pela própria Administração.

49. Os atos de improbidade contra a Administração pública direta, indireta ou fundacional podem ser cometidos, nos termos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, por:

- a. () qualquer agente público, servidor ou não.
- b. () somente funcionário público.
- c. () somente detentores de função e empregos públicos.
- d. () somente políticos e seus assessores.
- e. () exclusivamente detentores de cargos em comissão.

50. Assinale a alternativa correta:

- a. () Permissão de serviço público é a delegação, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física, jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e necessariamente por prazo determinado.
- b. () A concessão de serviço público precedida da execução de construção, total ou parcial de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação na modalidade concorrência ou tomada de preço em caso de pequenas obras, somente à pessoa jurídica que demonstre capacidade para sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou obra por prazo determinado.
- c. () Concessão de serviço público é a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- d. () Poder concedente é a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município ou Autarquia cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra pública, objeto de concessão ou permissão.
- e. () A concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será formalizada mediante contrato e em alguns casos ato administrativo, que deverá observar os termos da Lei 8987/95, das normas pertinentes e do edital.

51. Quanto à alienação de bens da Administração Pública, é correto afirmar:

- a. () É dispensada a licitação na venda de bem público a outro órgão ou entidade da Administração Pública, desde que da mesma esfera de governo.
- b. () Na concorrência para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação limitar-se-á à comprovação do recolhimento de 10% (dez por cento) da avaliação e da devida regularidade fiscal.
- c. () Somente para a venda de bens móveis inservíveis admite-se o leilão.
- d. () Quanto aos bens imóveis, a venda deverá ser sempre precedida de autorização legislativa.
- e. () A doação com encargo será licitada, dispensada esta no caso de interesse público devidamente justificado, e de seu instrumento, deve constar o encargo, o prazo de seu cumprimento e cláusula de reversão, sob pena de nulidade do ato.

52. Quanto aos contratos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a. () Podem ser rescindidos unilateralmente pela Administração, desde que comprovado o interesse público.
- b. () Em caráter excepcional, e desde que devidamente justificado, admite-se o contrato com prazo de vigência indeterminado.
- c. () A ocorrência de caso fortuito, regularmente constatada, impeditiva da execução do contrato, gerará para o contratado, desde que não haja culpa sua, o direito a ser ressarcido pelos prejuízos devidamente comprovados.
- d. () A critério da autoridade competente, poderá ser exigida prestação de garantia, cabendo à contratante, desde que previsto no instrumento convocatório, optar por uma das modalidades previstas em lei.
- e. () A declaração de nulidade, face à ilegalidade comprovada, exonera a Administração do dever de indenizar o contratado.

53. Quando aos bens públicos, é **correto** afirmar:

- a. () Se disponíveis, são naturalmente alienáveis.
 - b. () Não podem ser gravados com ônus real de garantia.
 - c. () Conforme previsão constitucional, seu uso deve sempre ser precedido de licitação.
 - d. () O uso por particular deve sempre ser formalizado por contrato de adesão.
 - e. () Somente os de uso comum do povo não comportam alienação.
-

54. Assinale a alternativa **correta**:

- a. () Órgão público não pode ter capacidade processual.
 - b. () Órgão público representa uma entidade resultante da descentralização administrativa.
 - c. () Órgão singular é o constituído por um só centro de competência.
 - d. () Órgão composto é o que obrigatoriamente depende da manifestação conjunta de seus membros.
 - e. () Órgão público corresponde a um centro de competência despersonalizado, integrante da Administração Pública direta ou indireta, instituído para o desempenho de funções estatais, através de seus agentes.
-

55. Com relação aos poderes da Administração Pública, é **correto** afirmar:

- a. () O poder de polícia não comporta delegação.
- b. () Poder disciplinar corresponde à faculdade de que dispõe a Administração de punir internamente seus servidores e externamente o administrado mediante auto de infração.
- c. () O poder hierárquico corresponde ao controle que as entidades estatais exercem sobre seus órgãos e sobre as suas entidades da Administração indireta.
- d. () O princípio da razoabilidade representa uma limitação ao poder discricionário.
- e. () O poder regulamentar confere à administração a prerrogativa de editar quaisquer atos normativos.

56. Acordos celebrados para realização de objetivos institucionais comuns entre entidades ou órgão públicos e entidades privadas, podem ser definidos como:

- a. () contatos de gestão.
 - b. () consórcios administrativo.
 - c. () convênios administrativos.
 - d. () contratos de parceria público privada.
 - e. () termos de parceria.
-

57. Indique dentre os itens abaixo qual **não** integra o conceito de serviço público adequado:

- a. () gratuidade
 - b. () regularidade
 - c. () eficiência
 - d. () atualidade
 - e. () continuidade
-

58. Quanto à responsabilidade do servidor público, é **correto** afirmar que:

- a. () A responsabilidade civil do servidor público tem por fundamento o risco administrativo.
- b. () A responsabilidade civil-administrativa resulta somente de ato comissivo praticado no desempenho de cargo ou função.
- c. () A responsabilidade administrativa do servidor será afastada somente no caso de absolvição que negue a existência do fato.
- d. () A obrigação de reparar o dano estende-se aos herdeiros, exceto se forem menores e absolutamente incapazes.
- e. () Em caso de dano causado a terceiro, o direito de regresso da Fazenda Pública toma por base a teoria subjetiva.

59. Assinale a alternativa correta.

- a. () As empresas públicas e as sociedades de economia mista podem revestir-se de quaisquer das formas admitidas pelo direito empresarial.
- b. () Por serem entidades paraestatais, aos empregados dos serviços sociais autônomos não se aplica a lei de improbidade administrativa.
- c. () A autarquia é uma entidade meramente administrativa, não possuindo natureza de pessoa política.
- d. () Associações de classe, por não terem fim econômico, podem ser qualificadas como sociedade civil de interesse coletivo.
- e. () Uma fundação pública deve ter, necessariamente, personalidade jurídica de direito público.

60. Quanto aos serviços públicos delegados aos particulares, é **correto afirmar:**

- a. () O arrendamento é instituto que pode ser utilizado pelo Estado para transferir ao particular a prestação de serviço público.
- b. () A franquia, instituto tipicamente de direito empresarial, não pode ser utilizada pelo Estado para transferir ao particular a prestação de serviço público.
- c. () A autorização, por ser ato administrativo precário, não pode ser utilizado pelo Estado para transferir ao particular a prestação de serviço público, cabendo somente em caso de exploração pelo particular de bem público.
- d. () A delegação de serviço público, se formalizada mediante permissão, pode se dar sem prazo determinado.
- e. () Somente se a delegação se der por concessão não haverá exclusividade na prestação do serviço público.

61. De acordo com a Lei Complementar 284/2005, que dispõe sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina, indique qual alternativa abaixo corresponde a uma hipótese de descentralização administrativa:

- a. () Conselho Estadual de Articulação do Comércio Exterior.
- b. () Procuradoria Geral do Estado.
- c. () Secretarias Regionais.
- d. () Administração do Porto de São Francisco-APSF.
- e. () Instituto Geral de Perícia.

Orçamento e Contabilidade Pública

(4 questões)

62. Assinale a alternativa correta.

Há um tipo de receita pública estatal onde ocorre o simples ingresso de recursos financeiros. O Estado, portanto, é um simples depositário, uma vez que os recursos nele permanecem temporariamente. Exemplos: operação de crédito por antecipação da receita; consignações; depósitos de terceiros.

A descrição refere-se a:

- a. () receita patrimonial.
- b. () receita de contribuições.
- c. () receita extra-orçamentária.
- d. () transferências correntes.
- e. () receitas de capital..

63. Assinale a alternativa **correta**.

Definidas no manual anexo à Portaria n.º 303, de 28/04/2005: "São as receitas enquadradas como Tributárias, Patrimoniais, de Serviços, Industriais e outros que não sejam decorrentes de transações que guardem características de transferências, mesmo que de outras esferas governamentais, como convênios, e operações de créditos".

O texto se refere a:

- a. () receitas próprias.
- b. () receitas facultativas.
- c. () receita vinculada.
- d. () receita compartilhada.
- e. () receitas compulsórias.

64. Dentre os relatórios resumidos da execução orçamentária tem-se o Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção. Nele, tem-se seis colunas principais que especificam o movimento de determinado período.

Assinale a alternativa **correta**.

- a. () As colunas principais são: "função/subfunção; dotação inicial; dotação revisada; despesas empenhadas; despesas liquidadas; saldo a liquidar" e o período é o trimestral.
- b. () As colunas principais são: "função/subfunção; dotação primária; dotação atualizada; despesas empenhadas; despesas liquidadas; saldo a liquidar" e o período é o semestral.
- c. () As colunas principais são: "função/subfunção/ programa; dotação inicial; dotação atualizada; despesas empenhadas; despesas pagas; saldo a liquidar" e o período é o quadrimestral.
- d. () As colunas principais são: "função/subfunção; dotação inicial; dotação atualizada; despesas empenhadas; despesas liquidadas; saldo a liquidar" e o período é o bimestral.
- e. () As colunas principais são: "função/subfunção; dotação inicial; dotação atualizada; despesas empenhadas; despesas liquidadas; total a liquidar" e o período é o mensal.

65. Assinale a alternativa que complementa, **corretamente**, o dispositivo em referência.

No caso de necessidade de inclusão de novas contas que alterem o Plano de Contas publicado pela Portaria nº 916/2003, deve-se...

- a. () mudar a estrutura publicada pela referida Portaria e encaminhar solicitação para a Secretaria do Tesouro Nacional.
- b. () alterar a estrutura publicada pela referida Portaria e encaminhar solicitação para a Secretaria da Receita Federal.
- c. () observar a estrutura publicada pela referida Portaria e encaminhar solicitação para o Ministério do Trabalho e Emprego.
- d. () mudar a estrutura publicada pela referida Portaria e encaminhar solicitação para o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.
- e. () observar a estrutura publicada pela referida Portaria e encaminhar solicitação para a Secretaria de Previdência Social.

Aspectos Profissionais

(4 questões)

66. de a com a Lei nº 8906/94, que dispõe sobre o Estatuto da advocacia e a ordem dos advogados do Brasil, assinale a alternativa correta:

- a. () somente a quem for aplicada sanção de exclusão ficará impedido de exercer o mandato profissional.
- b. () a pretensão à punibilidade das infrações disciplinares prescreve em dois anos, contados da data da constatação oficial do fato.
- c. () o impedimento determina a proibição total do exercício da advocacia.
- d. () aplica-se a prescrição a todo processo disciplinar paralisado por mais de três anos, pendente de despacho ou julgamento, devendo ser arquivado de ofício, ou a requerimento da parte interessada, sem prejuízo de serem apuradas as responsabilidades pela paralisação.
- e. () a advocacia é incompatível, exceto em causa própria, aos ocupantes de funções de gerência em instituições financeiras, inclusive privadas.

67. Assinalar a afirmação correta:

- a. () A nomeação para o serviço público estadual será feita em caráter efetivo, quando decorrente de concurso público de provas.
- b. () É permitido atribuir outros serviços ao servidor público estadual, além dos inerentes ao cargo de que seja titular, quando designado, mediante gratificação, para integrar grupos de trabalho ou estudo, criados pela autoridade competente.
- c. () O prazo de validade do concurso público promovido pelo Estado é de dois anos, prorrogável uma vez.
- d. () O início do exercício no serviço público estadual se dará com a posse, que é improrrogável, salvo motivo de doença.
- e. () Ao servidor público estadual em estágio probatório é permitido licenciar-se para tratamento de interesses particulares, a critério da Administração, pela metade do prazo concedido aos servidores estáveis.

68. Assinalar a afirmação correta:

- a. () O trabalho noturno, assim considerado o prestado entre 22 horas e 6 horas do dia seguinte, pelo servidor público estadual, será remunerado com acréscimo de 25%, entendendo-se a hora noturna como de 52 minutos.
- b. () O servidor aposentado por invalidez permanente terá proventos integrais, imunes à incidência da contribuição previdenciária.
- c. () O servidor público estadual poderá ser aposentado, a seu pedido, aos 65 anos de idade, se homem, e 60 anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, independente das exigências de 10 anos de efetivo exercício no serviço público estadual e 5 anos no cargo em que se dará a aposentadoria.
- d. () Os servidores públicos estaduais, titulares de cargo efetivo ou em comissão, estão sujeitos ao regime próprio de previdência estadual.
- e. () A aposentadoria compulsória do servidor público estadual dar-se-á aos 70 anos de idade, se homem, e 65 anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

69. Assinalar a afirmação correta:

- a. () À servidora pública estadual gestante é assegurada licença pelo prazo de 180 dias, a partir do início do oitavo mês de gestação, salvo no caso de parto prematuro.
- b. () O servidor público estadual tem direito à licença por motivo de doença em pessoa da família, por dois anos, prorrogável por igual período, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- c. () O servidor público estadual, no caso de licença para tratamento de saúde, poderá exercer atividades compatíveis com o seu estado, ainda que remuneradas.
- d. () O servidor público estadual que, em caso de absoluta excepcionalidade, for impedido de gozar férias regulares, por imperiosa necessidade do serviço, terá direito de averbá-la em dobro, para efeitos de aposentadoria e disponibilidade.
- e. () A investidura em cargo público estadual de provimento efetivo, acessível a brasileiros e a estrangeiros que preencham os requisitos legais, depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a sua natureza e complexidade, na forma prevista em lei.

Direito Tributário

(3 questões)

70. As imunidades tributárias consistem na:

- a. () dispensa do pagamento do imposto devido.
- b. () não incidência constitucionalmente qualificada.
- c. () não incidência legalmente qualificada.
- d. () exclusão do crédito tributário.
- e. () não correspondência do fato econômico à descrição legislativa.

71. A competência tributária residual é conferida:

- a. () somente aos Estados-Membros.
- b. () somente aos Municípios.
- c. () somente ao Distrito Federal.
- d. () somente à União.
- e. () à União e aos Estados-Membros.

72. Para regular as limitações constitucionais ao poder de tributar, a Constituição Federal exige a edição de:

- a. () Emenda à Constituição.
- b. () Lei complementar.
- c. () Lei ordinária federal.
- d. () Lei delegada.
- e. () Decreto legislativo.

Finanças Públicas

(4 questões)

73. Assinale a alternativa que contém a resposta **correta**.

No art. 173 da Constituição Federal, há menção ao funcionamento das empresas públicas e sociedades de economia mista. Nele consta que...

- a. () as empresas públicas e sociedades de economia mista deverão gozar de privilégios fiscais, ainda que estes não sejam extensivos ao setor privado.
- b. () as empresas públicas e sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- c. () as empresas públicas e sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensíveis às do setor privado.
- d. () as empresas públicas e sociedades de economia mista não poderão se instalar em setor de mercado onde o setor privado se mostrar competente para explorar.
- e. () as empresas públicas e sociedades de economia mista não poderão se situar em cidades onde o setor privado já está presente e explorar lucrativamente o mercado.

74. Assinale a alternativa que contém a resposta **correta**.

Tipo de receita pública, na qual as causas são as rendas produzidas por ativos do Poder Público, que uma vez alugados ou aplicados em instituições financeiras admitidas em Lei, produzem ingressos. A aplicação de ativos em atividades econômicas (produção agropecuária, comércio ou serviços) também se enquadra nesta denominação.

- a. () Receita ordinária.
- b. () Receita financeira.
- c. () Receita pública derivada.
- d. () Receita pública originária.
- e. () Receita extra-orçamentária.

75. O orçamento não deve conter matéria estranha à previsão da receita e à fixação da despesa, exceto a autorização para a abertura de créditos suplementares até determinado limite e para a realização de operações de crédito, ainda que por antecipação da receita orçamentária.

Assinale, dentre as alternativas abaixo, a que indica o princípio orçamentário aqui descrito.

- a. () Princípio da exclusividade.
- b. () Princípio da unidade.
- c. () Princípio do equilíbrio.
- d. () Princípio da não afetação da receita.
- e. () Princípio da anualidade.

76. A Constituição Federal de 1988, ao tratar dos precatórios, faz menção aos créditos de natureza alimentícia, quando trata da obediência à ordem cronológica para pagamento de precatórios. Posteriormente, a matéria constitucional, através de uma Emenda, apresenta a composição do que compreende como sendo estes créditos.

Assinale a alternativa abaixo, que contém a referida descrição.

- a. () Aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários, indenização de alugueis pagos e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado.
- b. () Aqueles decorrentes de salários, horas extras, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários, indenização de mensalidades escolares e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado.
- c. () Aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários, ressarcimento de despesas com farmácia e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado.
- d. () Aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários, ressarcimento de gastos com consultas médicas e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado.
- e. () Aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado.

Auditoria

(5 questões)

77. Segundo o Decreto Estadual 425, na emissão dos relatórios de auditoria e dos relatórios de atividades de auditoria, inclusive dos resultantes de processos de Tomadas de Contas Especial dos órgãos e entidades auditadas, observar-se-ão os seguintes requisitos:

- I. Identificação do número de processo, período examinado e o órgão ou entidade auditada.
- II. Indentificação do local em que foi realizado o trabalho de auditoria.
- III. Definição do objetivo da auditoria e identificação das demonstrações financeiras examinadas, no caso de auditoria contábil.
- IV. Declaração, se for o caso, que o exame foi efetuado por amostragem, na extensão julgada necessária.
- V. Apreciação sobre os controles internos, evidenciando, se for o caso, as deficiências e ineficácias dos sistemas.
- VI. Apresentação, caso necessário, de recomendações visando à correção das falhas verificadas durante o exame.
- VII. Apreciação sobre a implementação das recomendações de relatórios de auditoria anteriores e/ou diligências.
- VIII. Conclusão pela regularidade ou irregularidade da gestão dos recursos utilizados pelos responsáveis pelo órgão ou entidade auditada, com assinatura do Auditor Interno da Secretaria de Estado da Fazenda.

Com base nas afirmativas acima, assinale a alternativa **correta**:

- a. () Todas as opções estão corretas.
- b. () Apenas as opções I, IV e VII estão corretas.
- c. () Apenas as opções I, IV, VI e VIII estão corretas.
- d. () Apenas as opções I, II, V e VII estão corretas.
- e. () Apenas as opções I, II, V, e VIII estão corretas.

78. Assinale a alternativa **correta**, quanto ao processo de auditoria:

- a. () Afirmações sobre integridade referem-se a se ativos são direitos da entidade e passivos são as obrigações da entidade em determinada data.
- b. () Afirmações sobre direitos e obrigações referem-se a se todas as transações e contas que deveriam ser apresentadas nas demonstrações contábeis realmente o foram.
- c. () Afirmações sobre a existência ou ocorrência tratam das seguintes questões: (1) ativos ou passivos da entidade existem em determinada data? (2) transações contabilizadas em determinado período ocorreram?
- d. () Afirmações sobre avaliação ou alocação referem-se a se determinados componentes das demonstrações contábeis encontram-se adequadamente classificados, descritos e evidenciados.
- e. () Afirmações sobre apresentação e divulgação referem-se a se são adequadas as quantias pelas quais componentes de ativos, passivos, receitas e despesas aparecem nas demonstrações contábeis.

79. O conceito de risco de auditoria é importante como forma de expressão da idéia de segurança razoável. Quanto mais certo o auditor desejar estar de que está expressando uma opinião correta, mais baixo será o risco de auditoria que estará inclinado.

- I. Risco inerente é a suscetibilidade de uma afirmação a um erro ou uma classificação indevida relevante, supondo que não haja controles internos que com ela se relacionem.
- II. Risco de controle é o risco de que um erro ou classificação indevida de materiais que possam constar de uma afirmação não sejam evitados ou detectados tempestivamente pelos controles internos da entidade.
- III. Risco de detecção é o risco de que o auditor possa não modificar adequadamente seu parecer sobre demonstrações contábeis que contêm erros ou classificações indevidas relevantes.
- IV. Risco de auditoria é o risco de que o auditor não detecte um erro ou classificação indevida relevante que existe em uma afirmação.

Com base nas definições acima, assinale a alternativa **correta**:

- a. () Todas as opções estão corretas.
- b. () Apenas as opções I e II estão corretas.
- c. () Apenas as opções III e IV estão corretas.
- d. () Apenas as opções I, II e IV estão corretas.
- e. () Apenas as opções II e III e IV estão corretas.

80. Os procedimentos de revisão analítica compreendem o estudo e a comparação de relações entre dados. Envolvem o cálculo e a utilização de índices financeiros. Procedimentos de revisão analítica muitas vezes implicam a mensuração das atividades subjacentes às operações e a comparação de medidas dos direcionadores econômicos do negócio com os correspondentes resultados financeiros.

- I. Inspeção envolve escrutínio cuidadoso e exame detalhado de documentos e registros, e exame físico de recursos tangíveis. Inspeções são utilizadas intensamente em auditoria e, muitas vezes, resultam na coleta e na avaliação tanto de evidência ascendente como de evidência descendente.
- II. Confirmação é uma forma de investigação que capacita o auditor a obter informações diretamente com uma fonte externa ao cliente. Geralmente, o cliente faz a solicitação à parte externa, por escrito, mas o auditor controla a quem a solicitação deve ser dirigida.
- III. Questionamentos envolvem a colocação de questões pelo auditor, verbalmente ou por escrito. Geralmente, dirigem-se à administração ou a empregados, como no caso de questões de acompanhamento de problemas identificados na realização de procedimentos de revisão analítica ou de obsolescência de estoques.
- IV. As duas aplicações mais usuais de contagem são (1) contagem física de recursos tangíveis, tais como o caixa em tesouraria ou o estoque em mãos e (2) localização de todos os documentos pré-numerados.
- V. Um importante procedimento de auditoria é a repetição, pelo auditor, de conciliações e cálculos realizados pelo cliente – totais de lançamentos contábeis, cálculos de depreciação, de juros, de ágios ou deságios, de quantidades vezes preços unitários de itens, etc.
- VI. Observação relaciona-se a acompanhar a realização de alguma atividade ou processo. A atividade pode ser o processamento rotineiro de determinado tipo de transação, tal como o recebimento de caixa, para verificar se empregados estão seguindo as políticas e os procedimentos, na realização das tarefas.

Com base no que foi descrito acima sobre os procedimentos de revisão analítica, assinale a alternativa **correta**:

- a. () Apenas as opções I está correta.
- b. () Todas as opções estão corretas.
- c. () Apenas as opções I, II, IV e VI estão corretas.
- d. () Apenas as opções II e IV estão corretas.
- e. () Apenas as opções II, V e VI estão corretas.

81. Assinale apenas a resposta **correta** quanto a amostragem de auditoria em testes substantivos.

- a. () O risco de rejeição incorreta (algumas vezes denominado risco alfa) é o risco de que a amostra não dê suporte à conclusão de que o saldo de conta registrado contém erros ou irregularidades relevantes, quando de fato ele não contém.
- b. () Amostragem em auditoria em testes substantivos está sujeita apenas ao risco de amostragem.
- c. () Erro aceitável é o erro mínimo que pode existir em uma conta antes de se considerar que ela contém erros ou irregularidades relevantes.
- d. () O auditor nunca utiliza seu julgamento profissional para combinar evidências de várias fontes e chegar a uma conclusão geral a respeito de o saldo de conta em exame conter, ou não, erros ou irregularidades materiais.
- e. () O risco de aceitação incorreta (algumas vezes denominado de risco beta) é o risco de que a amostra dê suporte à conclusão de que o saldo de conta registrado não contenha erros ou irregularidades relevantes, quando na realidade ele contém.

**Responsabilidade Fiscal:
Gestão Fiscal e Penalidades** (5 questões)

82. A despesa total com pessoal nos Municípios, em cada período de apuração, não poderá exceder, de acordo com a Lei n. 101/00, ao percentual de:

- a. () 40,9% da receita corrente líquida.
 - b. () 49% da receita corrente líquida.
 - c. () 50% da receita corrente líquida.
 - d. () 54% da receita corrente líquida.
 - e. () 60% da receita corrente líquida.
-

83. Considere as seguintes afirmativas:

- I. São mecanismos criados para o cumprimento das metas fiscais, de acordo com a Lei Complementar n. 101/00, entre outros, a limitação de empenho e movimentação financeira.
- II. É nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento de despesa com pessoal, expedido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão.
- III. É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento da despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.
- IV. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa será acompanhada, entre outros requisitos, de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes.

Assinale a alternativa que indica as afirmativas **corretas**, de acordo com a Lei Complementar nº 101/00:

- a. () Todas as afirmativas.
- b. () Nenhuma das afirmativas.
- c. () Apenas as afirmativas II e III.
- d. () Apenas as afirmativas II, III e IV.
- e. () Apenas as afirmativas I, II e III.

84. É responsável pela divulgação da relação dos entes que tenham ultrapassado os limites da dívida consolidada e mobiliária, nos termos da Lei Complementar nº 101/00:

- a. () Chefe do Poder Executivo Federal.
 - b. () Tribunal de Contas do Estado.
 - c. () Ministério da Fazenda.
 - d. () Tribunal de Contas da União.
 - e. () Banco Central do Brasil.
-

85. A despesa corrente, derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução, por um período superior a dois exercícios, é chamada pela Lei nº 101/00 de:

- a. () Despesa pública de prorrogação.
 - b. () Despesas gerais.
 - c. () Despesa com pessoal.
 - d. () Despesa obrigatória de caráter continuado.
 - e. () Restos a pagar.
-

86. Considere os seguintes conceitos, previstos na Lei Complementar nº 101/00:

- 1. compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual, assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
- 2. emissão de títulos para pagamento do principal, acrescido da atualização monetária.

Correlacione tais conceitos, pela ordem, com as suas respectivas designações:

- a. () transferências voluntárias e recondução da dívida.
- b. () concessão de garantia e operação de crédito.
- c. () concessão de garantia e refinanciamento da dívida mobiliária.
- d. () dívida pública consolidada e concessão de garantia.
- e. () transferências voluntárias e dívida pública fundada.

Licitações e Contratos Administrativos (10 questões)

87. A licitação pública é **inexigível**, nos termos da Lei nº. 8.666/93, em sua redação atual:

- a. () Para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica ou pela opinião pública.
 - b. () Na contratação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgãos ou entidades da Administração Pública, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
 - c. () Para a venda de títulos, na forma da legislação pertinente.
 - d. () Para aquisição de bens ou serviços, nos termos de acordo internacional.
 - e. () Para o fornecimento de bens ou serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam alta complexidade tecnológica.
-

88. Acerca do procedimento licitatório, é correto afirmar, com fundamento na Lei nº 8666/93 em sua redação atual:

- a. () Apenas os licitantes possuem legitimidade para impugnar o edital de licitação, por irregularidades.
 - b. () No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios subjetivos e os objetivos definidos no instrumento convocatório.
 - c. () O edital poderá prever a inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento.
 - d. () Não poderá participar, direta ou indiretamente da licitação, o autor do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica.
 - e. () O leilão é modalidade licitatória que serve, exclusivamente, para a venda de bens móveis.
-

89. A modalidade licitatória, tomada de preços, poderá ser utilizada, de acordo com a Lei nº 8666:

- a. () Nas compras de até R\$ 650.000,00.
 - b. () Na alienação de bens públicos imóveis de até R\$ 1.500.000,00.
 - c. () Nas concessões de direito real de uso de até R\$ 1.500.000,00.
 - d. () Nas obras e serviços de engenharia acima de R\$ 1.500.000,00.
 - e. () Na contratação de parcerias público-privadas.
-

90. De acordo com a Lei nº 8666/93, em sua redação atual, a licitação só poderá ser revogada:

- a. () Pela Administração Pública, com fundamento na ilegalidade no procedimento.
 - b. () Pelo Poder Judiciário, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.
 - c. () Pelo Poder Judiciário ou pela Administração Pública, por razões de interesse público.
 - d. () Pelo Poder Judiciário, nos casos de ilegalidade no procedimento licitatório.
 - e. () Pela Administração Pública, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.
-

91. Nos termos da Lei nº 10.520/02, são características do pregão:

- a. () Aquisição de bens e serviços comuns, até o valor máximo de R\$ 80.000,00.
- b. () Inversão das fases de habilitação e julgamento.
- c. () Impossibilidade de apresentação de recursos administrativos.
- d. () Realização através de meio eletrônico, exclusivamente.
- e. () Julgamento através de uma Comissão de Licitação.

92. A respeito dos contratos administrativos, é correto afirmar, com fundamento na Lei nº 8666/93, em sua redação atual:

- a. () Os contratos administrativos podem ser formalizados com prazo de vigência indeterminado.
- b. () Não admite, em nenhuma hipótese, a subcontratação de partes da obra, serviço ou fornecimento.
- c. () Os contratos administrativos decorrentes de dispensa ou inexigibilidade de licitação devem atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva proposta.
- d. () Não admitem a rescisão unilateral pela Administração Pública.
- e. () Admitem a alteração unilateral das cláusulas econômico-financeiras, pela Administração, sem prévia concordância do contratado.

93. De acordo com a Lei nº 8666/93, em sua redação atual, são motivos para a rescisão do contrato administrativo, por parte do contratado particular:

- a. () A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 90 dias.
- b. () Razões de interesse público.
- c. () Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.
- d. () O atraso superior a 90 dias dos pagamentos devidos pela Administração.
- e. () Alteração unilateral, pela Administração, das cláusulas regulamentares do contrato.

94. De acordo com a Lei nº 8666/93, em sua redação atual, a autoridade competente para aplicar a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é:

- a. () O Presidente da Comissão de Licitação.
- b. () O Ministro de Estado, o Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso.
- c. () A autoridade competente para subscrever o instrumento convocatório.
- d. () O Diretor Administrativo do órgão licitante.
- e. () A Comissão de Licitação, em decisão unânime.

95. A retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, é, nos termos da Lei nº 8987/95, em sua redação atual, o instituto da:

- a. () caducidade.
- b. () encampação.
- c. () investidura.
- d. () intervenção.
- e. () reversão por advento do termo contratual.

96. De acordo com a Lei nº 11079/2004, a celebração de contrato de parceria público-privada é permitida:

- a. () Quando tiver como objeto único o fornecimento de mão de obra.
- b. () Quando o período de prestação do serviço for inferior a 3 anos.
- c. () Quando o período de prestação do serviço for superior a 5 anos.
- d. () Quando o valor do contrato for inferior a 10.000.000,00 (dez milhões de reais)
- e. () Quando o valor do contrato for inferior a 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

Direito Processual Civil

(2 questões)

97. De acordo com o art. 297 do Código de Processo Civil, são modalidades de resposta do réu:

- a. () contestação, exceção e reconvenção.
- b. () suspeição, exceção e reconvenção.
- c. () suspeição, incompetência e impedimento.
- d. () suspeição, impedimento e contestação.
- e. () contestação, incompetência e impedimento.

98. Acerca dos atos processuais, é **correto** afirmar:

- a. () os atos processuais são sempre públicos, não se admitindo exceção (princípio da publicidade).
- b. () admite-se juntar aos autos do processo documentos redigidos em língua estrangeira, independentemente de tradução.
- c. () quanto aos atos do juiz, tem-se que decisão interlocutória compreende uma resolução de mérito, proferida pelo juiz.
- d. () ao autor não é facultada a desistência da ação.
- e. () não dependem de forma determinada, exceto quando expressamente exigido por lei.

Direito Penal e Processual Penal

(2 questões)

99. Quanto aos princípios do Direito Processual Penal, é **correta** a afirmativa:

- a. () o princípio do contraditório destina-se tão somente à oitiva da parte contrária no processo.
- b. () o princípio da oficialidade garante que os órgãos encarregados de deduzir a pretensão punitiva sejam órgãos oficiais. No país, a exemplo, as infrações penais são apuradas pelo Poder Judiciário, e a ação penal pública é promovida privativamente pelo juiz criminal.
- c. () o princípio do juiz natural ou constitucional é o que assegura a vinculação do magistrado aos processos cuja instrução tenha iniciado.
- d. () pelo princípio da presunção de inocência, derivação direta do princípio constitucional do devido processo legal, toda pessoa é presumidamente inocente até que tenha sido declarada culpada.
- e. () o princípio da indeclinabilidade da jurisdição penal garante a extinção do processo penal, sem solução do conflito, diante da inércia ou omissão das partes.

100. Observe atentamente as afirmativas:

- I. ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.
- II. ninguém será preso, senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo hipótese de transgressão ou crime propriamente militar, na forma da lei.
- III. não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.

Com base no exposto acima, assinale a alternativa **correta**.

- a. () Somente a afirmativa III encontra-se relacionada como direito fundamental.
- b. () A afirmativa II não está de acordo com o prescrito no Código Penal.
- c. () O Código de Processo Penal não se sujeita a esses preceitos constitucionais.
- d. () Os Tribunais Militares não são arrolados pela Constituição como órgãos do Poder Judiciário.
- e. () Todas as afirmativas fazem parte do extenso rol de direitos e garantias fundamentais da Constituição de 1988.

Nas referências feitas à legislação, constantes em algumas das questões, adotou-se as seguintes abreviações:

- A Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, é tratada como Lei nº 4.320/64.
- A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, é tratada como Lei Complementar nº 101/00 ou simplesmente como Lei de Responsabilidade Fiscal.
- O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina será abreviado pelas siglas “TCE/SC” ou “TCE” e pode ser nomeado apenas como “Tribunal de Contas” ou “Tribunal”.

Lista de siglas.

- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)
- LOA (Lei Orçamentária Anual)
- LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias)
- PPA (Plano Plurianual)
- CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária)
- STN (Secretaria do Tesouro Nacional)
- PIS (Programa de Integração Social)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social)
- CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas)
- MF (Ministério da Fazenda)
- MPOG (Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão)
- SOF (Secretaria de Orçamento e Finanças)
- IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica)

